



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Estado do Espírito Santo

É importante salientar que, segundo o renomado doutrinador Edmir Netto de Araújo, em sua obra Curso de Direito Administrativo, esclarece que: *"Por sua vez, a doação (CC, art. 538 e s.) de bens públicos também está sujeita à avaliação prévia dos bens e à autorização legislativa, quando de imóveis (art. 17, I, b, da Lei 8.666/93), mas não a licitação [...]".*

Assim, todos os requisitos indispensáveis a desafetação estão presentes, não existindo nenhum óbice jurídico.

Nos moldes do Artigo 34, inciso VIII, da Lei Orgânica, não há óbice algum que o Projeto de Lei seja colocado em votação.

O projeto deverá ser submetido à apreciação das seguintes comissões permanentes:
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Portanto, fica a critério dos nobres edis a aprovação ou rejeição do projeto de lei, ressaltando que o *quorum* das deliberações do projeto em questão de acordo com o art. 45 da LO.

Sem embargos de opiniões contrárias, é o nosso parecer.

Santa Maria de Jetibá-ES, 19 de dezembro de 2011.

ROSA ELENA KRAUSE BERGER
Advogada, OAB/ES 7799

Rosa Elena Krause Berger
Advogada da Câmara
OAB 7799 - Mat 003/99